

Intervenção Final

Plano e Orçamento 2013

Berto Messias

Terminamos agora o debate do Plano e Orçamento para 2013.

Discutimos os documentos em apreciação num momento de grandes dificuldades e de enorme incerteza. Num momento em que diversos fatores externos condicionam fortemente o nosso desempenho.

A conjuntura macroeconómica é adversa. Vivemos na maior crise económica e financeira dos últimos oitenta anos. A Europa está à beira do colapso devido à crise das dívidas soberanas.

As notícias que vemos todos os dias sobre as profundas instabilidades nos Estados Europeus, recentemente empoladas pelos acontecimentos no Chipre, empurram-nos para o aumento da incerteza e para aquilo que pode ser o princípio do fim da Europa, tal como a conhecemos.

Por isso, nenhuma discussão ou análise a qualquer Plano e Orçamento ou a quaisquer instrumentos de programação financeira públicos, que seja séria, lúcida e responsável, pode ignorar este facto.

Do mesmo modo o que esta a acontecer na nossa economia de referência, Portugal Continental, tem um impacto significativo também na Região Autónoma dos Açores.

Hoje, temos um Governo da República do PSD e do CDS-PP obcecado pela austeridade.

Que entende a austeridade como a cura para todos os males. Um governo da República que se orgulha de ir mais além da Troica.

Um Governo que impõe aos portugueses a maior carga fiscal da história da democracia portuguesa, que asfixia famílias e que empurra empresas para a insolvência.

Aliás, o que se passou recentemente no âmbito da 7ª avaliação da Troica é bem demonstrativo da desorientação do atual Governo da República.

É a prova infeliz de que o Sr. Ministro das Finanças, deixou de ser ministro para ser delegado da Troika em Portugal.

É o exemplo de como não se deve comportar um governo nas actuais circunstâncias de dificuldade.

Infelizmente, devido as opções políticas do atual Governo da República do PSD e do CDS-PP o nosso país está pior do que o que estava há dois anos atrás.

Isso tem um impacto fortíssimo numa economia como a nossa, com as nossas especificidades e com a nossa exposição.

Devido a estes fortíssimos condicionalismos externos a elaboração do Plano e Orçamento e as opções políticas materializadas nesses documentos devem concentrar-se no essencial e prioritário – o emprego, o apoio às empresas e o apoio às famílias, para que seja possível minimizar os efeitos da atual conjuntura externa.

É isso que se exige de um governo nas atuais circunstâncias, nem que para isso tenhamos de repensar ou adiar infraestruturas.

Tendo em conta as opções políticas nos Açores, só por ignorância ou má-fé se pode, atualmente, comparar a ação política do Governo dos Açores com aquela que norteia o atual Governo do País. Só a lealdade cega às chefias partidárias de Lisboa podem impedir de

admitir que a Governação nos Açores é melhor que a Governação no resto do País.

É isso, aliás, que permite um Plano e Orçamento que, apesar de ser obrigatoriamente de contenção, consubstancia a matriz social de que o Partido Socialista se orgulha. É evidente que gostaríamos de ir mais além. Mas, nos Açores não cometemos a irresponsabilidade de comprometer as gerações futuras. Isso é reconhecido por todas as entidades externas. A dívida pública regional corresponde hoje a 19% do PIB e o défice dos Açores está hoje nos 0,4%. Um desempenho que contrasta com a situação nacional que, como se sabe, apresenta uma dívida pública superior a 120% do PIB e um défice superior a 6%.

A desgraça dos outros não nos satisfaz, pelo contrário, mas é inegável que temos tido melhores desempenhos devido às nossas opções políticas dos últimos anos.

É evidente que para alguns partidos da oposição isso não chega. À falta de melhores argumentos, insistem na narrativa de que estamos a viver a pior crise da autonomia regional. Ao ouvi-los parece, por momentos, que não vivem neste mundo.

O PS/Açores não nega as dificuldades que muitas famílias açorianas infelizmente hoje enfrentam.

É por isso que assumimos com a necessária coragem política um rumo diferente do seguido a nível nacional. A nossa prioridade é clara: proteger o máximo possível as famílias, ajudar as empresas e minimizar os danos da crise que nos assola.

Mas do mesmo modo que não nos deslumbramos com os resultados alcançados, também não cometemos o erro de iludir os açorianos.

Nos momentos de maiores constrangimentos, o que se exige de um Governo não é que tenha um discurso facilitista, mas sim que faça tudo ao seu alcance para atenuar os constrangimentos que afetam a sociedade no seu conjunto.

Exige-se de um Governo sério e responsável que procure dar as respostas necessárias. Que esteja atento e ajuste as políticas ao contexto em que vivemos.

Um Governo sintonizado com as dificuldades e empenhado em resolver os problemas das pessoas.

Sra. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Membros do Governo

Mas se as atuais circunstâncias elevam a exigência relativamente ao governo isso também não é menos verdade no que se refere aos Partidos da Oposição.

Em momento de especiais constrangimentos, o que se espera da oposição é que, para além do exercício crítico, procure, igualmente, estar à altura do momento que hoje vivemos.

Nos tempos que correm, espera-se que a oposição vá além da crítica fácil e apresente verdadeiros e sérios contributos que, face ao atual contexto, resultem em propostas que possam acrescentar soluções aos problemas que afetam os açorianos.

Uma democracia madura não se compadece com uma oposição que também não evolui quando tudo à sua volta muda.

Uma democracia evoluída precisa de uma oposição madura. Que esteja empenhada em trabalhar nas soluções, deixando os preconceitos partidários de parte. É fundamental que a oposição abandone a sua zona de conforto e perceba que uma derrota eleitoral, mesmo que muitas vezes repetida, não a desobriga nem a

demite das suas responsabilidades que vão muito para além do facilitismo da crítica.

Todos podem e devem criticar, todos têm o direito de diagnosticar problemas, mas quem o faz tem a obrigação política e moral de apresentar soluções e contributos sérios e exequíveis.

Senhora Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Neste Plano e Orçamento, destacamos duas questões que nos parecem de enorme relevância política.

Por um lado a forte dimensão social das propostas aqui apresentadas.

Quando na Europa e no País se cortam apoios sociais e se destrói todo o esforço de várias gerações de políticos e de políticas que tudo fizeram para conferir à população os limites mínimos da dignidade humana, nos Açores afirmamos a matriz socialista que nos define, mantendo e reforçando os apoios sociais que existem na Região e pondo a nossa Autonomia ao serviço das pessoas.

Outra matéria que destaco é a grande prioridade que é dada ao emprego, no apoio às empresas e à manutenção de postos de trabalho, bem como na operacionalização da Agenda Açoriana para o Emprego e Competitividade Empresarial.

É que não deixa de ser politicamente relevante a existência de uma agenda para o crescimento e emprego. Hoje, infelizmente, muitos governos dão mais importância aos números, à despesa e ao preenchimento de folhas de excel do que às pessoas e ao emprego, sem conferir aos cidadãos horizontes de esperança, de emprego e de crescimento.

As medidas constantes do plano e orçamento de apoio ao emprego e às empresas e a operacionalização desta agenda, quer ao nível conjuntural e imediato, quer ao nível estrutural de médio prazo são uma opção política fundamental que deveria servir de exemplo para o resto do país.

Assim, pelas medidas e opções políticas materializadas nos documentos aqui apreciados, apesar da contenção necessária e dos constrangimentos conhecidos, espera-se que quem se diz contra a austeridade, contra os cortes sociais e contra as políticas recessivas e quem se diz a favor da manutenção dos apoios sociais

e das políticas públicas de apoio a manutenção de postos de trabalho, que em coerência apoie este plano e este orçamento.

Sra. Presidente

Sras. e senhores deputados

Não escondemos os problemas. Não rejeitamos a situação económica e social difícil que assola muita gente, mas fazemos tudo o que está ao nosso alcance para ultrapassar esta fase difícil.

Porque a Governação nos Açores é melhor que a Governação no resto do País. E só não o reconhece quem está mais interessado em defender uma agenda partidária do que defender os açorianos e os Açores.

Por muitas que sejam as tentações de falar mal, por muitas que sejam as tentações de fazer guerrilha, é inquestionável este facto.

É por isso que o PS/Açores tem vindo a exigir mudanças no rumo do País. Porque estamos convencidos que o rumo que o Governo nacional segue é prejudicial para os portugueses e, também, para os açorianos.

E não tenhamos dúvidas, apesar do nosso esforço, as más políticas nacionais podem destruir as boas políticas regionais.

Neste quadro, e numa análise à programação financeira e política de médio prazo, o desafio da sustentabilidade da nossa autonomia assume especial relevo.

A defesa da sustentabilidade da nossa Autonomia é hoje um imperativo político que devia, verdadeiramente, convocar todas as forças políticas da nossa Região. É pena que alguns partidos não percebam – ou não queiram perceber – que quando insistem, por mero calculismo político, em puxar os Açores para baixo, fazem o jogo dos inimigos da autonomia. Quando se deixam levar pela retórica, quando não resistem à tentação e cedem à demagogia e ao populismo, não prestigiam os órgãos próprios da autonomia regional e, com isso, não prestam um bom serviço aos açorianos.

A sustentabilidade da Autonomia exige um apurado sentido de responsabilidades e convoca todos os agentes políticos e parceiros sociais.

Na construção de um futuro que aproveite tudo o que de bom foi feito até ao momento, e fazendo as melhorias e acertos no que correu mal, porque só não falha quem nada faz.

Na construção de um futuro pronto para vencer os desafios de futuro que se colocam aos Açores como a sustentabilidade da autonomia, o reforço da competitividade empresarial, a inovação e o desenvolvimento tecnológico, a consolidação de uma cultura de empreendedorismo, a qualificação dos recursos humanos, o desenvolvimento de uma Economia do Mar que seja uma verdadeira referência no País e na Europa. A construção de uma verdadeira sociedade do conhecimento, na qual a redução das assimetrias económicas e sociais seja prioritária. Seja também a possibilidade de vencer vários desafios com que estamos confrontados. Como é o caso do combate ao desemprego, ou o caso do que está a acontecer na Base das Lajes, o caso do fim das quotas leiteiras ou da negociação das novas perspetivas de financiamento europeu.

Sra. Presidente

Sras. e srs. deputados

Os tempos são difíceis. Vivemos no meio de imensas dificuldades.

Nós não escamoteamos os problemas. Assumimo-los como desafios a vencer.

Temos situações de pobreza e de emergência social que exigem o máximo de todos nós. De todos, sem exceção.

Aliás, o combate à pobreza e à emergência social foi por várias vezes referido ao longo dos últimos dias.

No entanto, temos de ter cuidado quando se discutem problemas de pobreza e de emergência social, sob pena de resvalarmos para um registo demagógico, populista e pouco digno do momento que atravessamos.

Bem percebo as tentações de aproveitar situações de dificuldade de pessoas e de pobreza com o objetivo de daí retirar dividendos partidários. Essa postura é um clássico da direita conservadora e reacionária.

Nós recusamos essa postura. Não o fazemos nem o faremos.

O Partido Socialista Açores jamais se aproveitará de situações de pobreza e de emergência social para fazer politiquice.

A exigência perante as dificuldades, o respeito que nos merecem as pessoas e os princípios que nos norteiam são a garantia que não instrumentalizaremos a pobreza no debate político.

E apesar das dificuldades e das circunstâncias, muito nos orgulha o trabalho desenvolvido pelo Partido Socialista nesta área, que permitiu uma evolução sem precedentes na proteção social nos Açores, quer ao nível das infra-estruturas, quer ao nível dos apoios sociais e que, em muitos casos, garantiu o cumprimento dos limites mínimos da dignidade humana a muitos cidadãos, esquecidos e abandonados nas duas primeiras décadas do regime democrático nos Açores.

Sra. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Precisamos assim de união e de convergências na defesa dos nossos concidadãos e da nossa Região.

Todos devem estar comprometidos com o futuro da nossa terra.

Todos devem assumir as suas responsabilidades.

Pela nossa parte, estamos sempre disponíveis para dialogar e para aceitar e acolher as boas propostas de todos os partidos, porque

não apreciamos propostas com base no seu autor mas sim na sua qualidade e se são, de facto, bons contributos para os Açores.

Depois de analisar as propostas apresentadas pelos partidos da oposição, quero aproveitar para anunciar que o PS irá aprovar propostas de todos os partidos da oposição.

É tempo de responsabilidade. Espera-se, assim, responsabilidade e compromissos genuínos e sérios.

Não basta falar, é preciso fazer.

Permitam-me, neste âmbito, a referência ao maior Partido da Oposição nos Açores, o PSD, agora com novas vestes e novas encenações, empenhado em apagar a sua história recente e assumindo uma nova postura colaboracionista.

Não basta afirmar a disponibilidade para colaborar. É preciso, efetivamente, que não se fique pelo mero anúncio de intenção. É necessário que seja coerente. Que o discurso tenha correspondência com a prática.

É que temos presenciado uma espécie de esquizofrenia política.

De manhã dizem que estão prontos para colaborar, à tarde estão sempre prontos para atacar, criticar e desgastar o Governo e o PS.

É que não basta parecer, é preciso ser de facto responsável.

Reconheço o empenho da nova liderança do PSD Açores, mas espera-se mais de um partido com a sua história.

Espera-se que se reencontre, se organize e saiba estar minimamente à altura dos seus pergaminhos. Espera-se, por fim, mais responsabilidade. Que faça política a pensar mais nos açorianos e menos nas agendas mediáticas e nas capas dos jornais.

De igual modo, seria útil e positivo que o outro partido na Região que apoia o Governo da República abandonasse a lógica da guerrilha. Seria bom que o CDS fosse capaz de voltar ao diálogo e abandonasse a via da radicalização do discurso. Uma via radical e inconsequente que parece revelar que ainda não foram capazes de digerir e ultrapassar os resultados eleitorais obtidos em Outubro. O CDS parece estar empenhado e comprometido em rivalizar com o PPM em matéria de radicalização retórica. Esperamos que possam

inverter o rumo e que regresses o partido moderado que, nesta altura, não sabemos se é o PP ou o CDS.

Este debate também permitiu desmentir aqueles que, como o PPM, enveredam pelo discurso da vitimização. Que têm a audácia de encher a boca com discursos sobre a democracia sem, contudo, terem noção de que a democracia, ela própria, é um jogo com regras claras e definidas.

Os Açores destacam-se pelas práticas democráticas, pelo respeito pelas oposições, pelo respeito pelos valores e princípios democráticos.

E por mais que o PPM insista em fazer resvalar o debate político, o PS/Açores não aceitará as tentativas de “jardinizar” o Parlamento açoriano.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

Uma coisa não faremos, não matamos a esperança. Não aconselhamos os nossos jovens a emigrar. Não encolhemos os ombros perante o desemprego. Não nos resignamos nem desistimos de defender os interesses dos açorianos.

Já vivemos situações negativas no passado. Já provamos que somos capazes de vencer as dificuldades. Somos um povo de resistentes.

Nenhum Governo do Mundo pode dizer que fez tudo bem.

Nenhum Governo do Mundo pode dizer que resolveu todos os problemas.

Mas qualquer Governo, nas actuais circunstâncias tem de ter a capacidade e a determinação de tudo fazer, dentro das suas competências, para apoiar e defender a nossa Terra e os nossos Concidadãos.

É isso que o Partido Socialista e o Governo dos Açores estão a fazer, assumindo as suas responsabilidades e estamos certos que todos o farão, porque muito mais deve ser aquilo que nos une, do que aquilo que nos separa.

Porque está em causa o nosso futuro, o futuro das novas gerações, o futuro de tantos jovens que estão hoje a estudar e a qualificar-se e que querem voltar para os Açores, querem ficar nos Açores, mas só o farão se aqui tiverem perspectivas de vida e de futuro, e todos devem assumir esse compromisso.

Porque está em causa a sustentabilidade da nossa Autonomia, que queremos preservar e aprofundar, usando-a como instrumento determinante para garantir o nosso desenvolvimento.

Sra. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Ao longo de todo o debate ouvimos várias citações e frases de grandes políticos mundiais, de grandes escritores e de grandes filósofos.

Mas termino com uma citação de um jovem açoriano.

Há pouco tempo, no âmbito de um trabalho realizado a propósito do Dia da Autonomia, perguntavam a vários jovens açorianos que estão hoje espalhados pelo Mundo, o que era para eles ser dos Açores, o que era para eles a Autonomia Regional – um deles respondeu que Autonomia Regional é andar de cabeça erguida.



Partido Socialista/Açores
Grupo Parlamentar

E nós não nos resignaremos, não baixaremos os braços contra a adversidade, para que todos os açorianos possam continuar a andar de cabeça erguida.

Disse.

Horta, Sala das Sessões,

21 de Março de 2013